

Órgão oficial do Conselho Regional de Economia da 4ª Região - Rio Grande do Sul - Corecon/RSI

*Conversando com Bresser...*

## Aniversário do Plano Real traz Bresser Pereira a Porto Alegre



**Contexto Econômico:** *Professor, qual o maior problema da economia brasileira hoje?*

**Bresser:** Ao contrário do que muita gente pensa e se preocupa, a inflação não é o maior problema da nossa economia hoje. O que preocupa, realmente, é o baixo crescimento do País. Entre 1980 e 1994, a inflação era o grande problema, porque era uma inflação de 10, 30, 40% ao mês. Não tinha nada que ver com a inflação que temos hoje. Era um terror. Dediquei parte de minha atividade acadêmica para tentar compreender e desenvolver estratégias para acabar com a inflação crônica e elevada. Hoje, e desde o Plano Real, o grande problema do Brasil é retomar o crescimento. O Brasil foi um país que cresceu a taxas per capita de 4,1% entre 1950 e 1980, uma taxa realmente muito alta. Todavia, desde 1980 estamos crescendo a 1%, e, da mesma forma, desde 1990, tirando a década perdida da dívida externa, estamos crescendo, no máximo, a 1,5% em termos per capita. É ridículo, um crescimento absolutamente lamentável. O Brasil, desse jeito, não está fazendo o famoso catching up, o “alcançamento”, dos níveis de vida dos países ricos, ainda que esses países estejam crescendo muito pouco. Nós estamos competindo pra ver quem cresce menos.



**Contexto Econômico:** *Quais são as perspectivas para um Brasil pós eleições?*

**Bresser:** Acho que as perspectivas para a sociedade brasileira são muito ruins porque o Brasil vai continuar crescendo muito pouco. Não vai haver debate sobre o câmbio na campanha eleitoral, até porque não me parece que a sociedade brasileira esteja madura para um debate maior sobre isso. O problema fundamental do Brasil é a taxa de câmbio. Claro que há problemas na infraestrutura, na educação, na saúde etc.. Mas o problema que, desde 1990 e 1992, parou a economia brasileira foi o câmbio que se apreciou quase 25% naquela época.

Para comemorar os 20 Anos do Plano Real, o Conselho Regional do RS (Corecon/RS) e o Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do RS (PPGE/UFRGS), trouxeram a Porto Alegre, em junho último, o ex-Ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser-Pereira. O economista foi um dos grandes responsáveis pelas reformas econômicas do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, que levou o País a alcançar, a partir de 1 de julho de 1994, a estabilização dos preços, a partir da desindexação da economia e da implantação de uma reforma monetária, real como moeda de curso legal. A partir daquele momento, nasceu o Plano Real, criado para romper a persistência de uma inflação inercial, com taxas que beiravam os 50% ao mês, e que, por décadas, corroeou o poder de compra da população brasileira, tirando o sono dos especialistas e transtornando a vida de milhões de brasileiros.

**Contexto Econômico:** *Passados 20 anos, como o senhor vê o Plano Real na vida dos brasileiros?*

**Bresser:** O Plano Real, na verdade, durou seis meses, não mais que isso. Para mim, ele existiu somente durante o ano de 1994. O Plano Real, de certa maneira, foi articulado e estruturado a partir das experiências passadas de estabilização inflacionária, quais sejam, Plano Cruzado e Plano Bresser. Decidimos a fazê-lo, lá por outubro de 1993, e ficou pronto em dezembro. Foi implementado em março com a introdução da URV e em julho houve a mudança de moeda, surgindo o real. A reação imediata foi a estabilização da economia.

**Contexto Econômico:** *O senhor considera que o Plano Real foi um plano eficiente?*

**Bresser:** Não tenho dúvidas de que foi um enorme sucesso porque, fundamentalmente, conseguiu eliminar a indexação generalizada da economia. Basta lembrarmos que no período pré-Plano Real, o Brasil tinha uma inflação inercial bastante resistente a políticas ortodoxas de controle dos preços, tais como ajustamento

fiscal ou elevação de taxas de juros. O Plano Real foi plano heterodoxo que conseguiu neutralizar a inércia inflacionária. E isso foi alcançado com a criação da URV.

**Contexto Econômico:** *Hoje, que pontos o senhor vê que poderiam ter sido adotados e não o foram na época do Plano Real?*

**Bresser:** O Plano Real foi muito bom, mas teve apenas um grande defeito: ele não proibiu toda e qualquer indexação dos preços que, direta e indiretamente, o Estado participa. O Brasil deveria fazer uma lei, que deveria ter sido proposta naquela ocasião, proibindo terminantemente o Estado de fazer qualquer contrato, qualquer concessão com cláusula de correção monetária, com cláusula de indexação. Pode-se colocar no contrato que a inflação será considerada, sem especificar o índice ou a periodicidade. Depois, no momento de rever o contrato, leva-se em consideração a inflação e outros fatores, para se estabelecer um novo preço. Isso, no Brasil, não existe. 30% dos preços brasileiros, os chamados preços administrados, contratos das empresas concessionárias basicamente, são indexados. Isso torna a inflação brasileira, ainda que baixa, essencialmente inercial.

**Contexto Econômico:** *Mas o senhor acredita que, em algum momento, o País pode voltar a uma conjuntura monetária semelhante àquela?*

**Bresser:** A inflação brasileira para baixar de 6%, no curto prazo, é muito difícil. Hoje não existe mais excesso de demanda, de jeito nenhum. Se havia um pouco no passado, foi-se embora qualquer inflação de demanda. O crescimento dos últimos anos e o previsto para 2014 são ridículos. Não há demanda. Mas a inflação está firme em torno de 6% porque a inércia inflacionária não foi neutralizada completamente e porque houve aumento dos salários, nesses últimos anos, maiores que a produtividade, maior que o custo unitário do trabalho, que é o salário dividido pela produtividade.

**Presidente**

Leandro Antonio de Lemos

**Vice-Presidente**

Carlos Alberto da Rosa Abel

**Conselheiros**

Alexandre Reis, Alfredo Meneghetti Neto, Angelica Massuquetti, Antonio da Luz, Carlos Alberto da Rosa Abel, Clovis Benoni Meurer, Eduardo Mendonça de Lima, Everton André Batista Lopes, Fernando Ferrari Filho, Gustavo Grisa, Henri Wolf Bejzman, Leandro Antonio de Lemos, Milton Biazus, Paulo Renato Lessa Pinto, Ricardo Englert, Rogério Vianna Tolfo, Simone Magalhães e Vladimir da Costa Alves.

**Delegacias do CORECON-RS**

Caxias do Sul, Lajeado e Pelotas

**Sede do CORECON-RS**

Rua Siqueira Campos, 1184, 601/606  
CEP 90010-001 - Porto Alegre-RS  
Fones (51) 3254.2600 - 3254-2601

E-mail: coreconrs@coreconrs.org.br

Site: www.coreconrs.org.br

## Contexto Econômico

**Comissão de Comunicação**

Alfredo Meneghetti Neto (coordenador),  
Carlos Alberto da Rosa Abel,  
Eduardo Mendonça de Lima,  
Everton André Batista Lopes,  
Fernando Ferrari Filho e  
Paulo Renato Lessa Pinto

**Jornalista Responsável**

Jairo dos Santos Raymundo  
(Reg. Prof. 5692)

**Diagramação**

Mauro P. Pacheco

Reprodução de textos e artigos somente com a autorização do editor e mencionando a fonte. Os artigos publicados não traduzem necessariamente a opinião do jornal e são de inteira responsabilidade de seus autores. Os textos que excederem as especificações serão editados de acordo com o espaço disponível.

## Corecon/RS e Unisinos no 37º Encontro de Cursos de Economia do RS



O Conselho Regional de Economia do RS (Corecon/RS) promoveu, nos dias 30 e 31 de maio, o XXXVII Encontro dos Cursos de Ciências Econômicas do RS – 2014. O evento, realizado na Universidade Rio dos Sinos (Unisinos), em São Leopoldo, reuniu profissionais docentes e estudantes da área de Economia para discutirem os mais variados temas da atualidade, como conjuntura econômica brasileira e internacional, o mercado de trabalho e situação dos cursos e faculdades do Rio Grande do Sul. Estudantes vindos de 14 faculdades de Ciências Econômicas do Rio Grande do Sul participaram do evento.



O presidente do Corecon/RS e professor da PUCRS, Leandro Antonio de Lemos, e o conselheiro da entidade professor da UFRGS, Fernando Ferrari Filho, fizeram a apresentação do painel “Brasil 2020: Economia em Perspectiva”, sob a mediação da conselheira e professora

da Unisinos, Simone Magalhães.

Na parte da tarde, aconteceram as Oficinas Profissionais, onde foram apresentados cases e discutidas a interdisciplinaridade entre a Economia e diferentes áreas do mercado de trabalho, como Administração e Contabilidade, Direito, Meio Ambiente, Engenharia, Comunicação e Saúde, entre outras. O Contador Clovis Kronbauer, professor da Unisinos, falou sobre “Economia & Administração e Contabilidade” e o economista Giácomo Balbinotto Neto, “Economia & Direito”. Também falaram sobre “Economia & Meio Ambiente” o Economista Eugênio Miguel Cánepa, e sobre “Economia & Engenharia e Avaliação Econômica” o Economista Jaime Macadar. O Jornalista Cleber Benvegnú apresentou a Oficina “Economia & Comunicação”, e a Economista Luciana de Andrade Costa, professora da Unisinos, falou sobre “Economia & Saúde”. Ainda no final da tarde, a conselheira do Corecon/RS, Economista Simone Magalhães, também professora da Unisinos, apresentou a Oficina “Economia & Perícia Econômico-Financeira”. O primeiro dia do Encontro encerrou com a Palestra Magna do professor de Econometria da Unisinos e consultor da Apex Brasil, Economista Marcos Tadeu Caputi Lelis, que abordou o tema “Interfaces Academia versus Mercado de Trabalho do Economista”. No sábado, houve a apresentação do Corecon Acadêmico, feita pelo coordenador da respectiva Comissão, conselheiro Henri Wolf Bejzman, e o painel “Trajetória estudante de economia e economista no mercado de trabalho”, com apresentações de cases de seis ex-alunos, recentemente graduados em Economia, que falaram sobre suas experiências de até cinco anos no mercado de trabalho.

### Corecon/RS promove atividades no Dia do Economista

No dia 13 de Agosto, Dia do Economista, o Corecon/RS promoveu uma série de atividades em comemoração à data. Ao longo de todo o dia, os conselheiros, especialistas em finanças pessoais, Alfredo Meneghetti e Everton Lopes, realizaram serviço gratuito de atendimento de orientação financeira pessoal. Na parte da noite, no Hotel Plaza São Rafael, foi realizada mais uma edição do Economia em Pauta, com o tema “Conjuntura econômica pré-eleitoral e perspectivas”, que contou com as participações dos economistas Flávio Benevett Fligenspan e Igor Alexandre Clemente de Moraes.

## CONSELHOS REÚNEM-SE COM PRESIDENTE DO BRDE PARA TRATAR ASSUNTOS DA CATEGORIA



Foto: Pedro Paulo Tadra/ BRDE

O vice-presidente do Corecon/RS, Economista Carlos Abel, participou, no dia 3 de junho, em Curitiba, de reunião com o

presidente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Economista Jorge Gomes Rosa Filho, e representantes do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Federação Nacional dos Economistas (Fenecon) e dos Conselhos Regionais de Economia dos estados do Paraná e de Santa Catarina, para tratar de assuntos de interesse da categoria do Economista. O foco central do encontro foi a obrigatoriedade de apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos economistas responsáveis pelo encaminhamento de projetos de viabilidade

econômico-financeira às solicitações de financiamento. “O intuito é valorizar a profissão e proporcionar consistência aos projetos”, afirmou Carlos Abel. Lembrou que a solicitação do encontro partiu do Cofecon e que o dirigente do BRDE foi receptivo ao pleito, que deverá ser encaminhado, na próxima semana, à apreciação da Diretoria do Banco. Também participaram da reunião os presidentes do Fenecon, Juarez Trevisan, do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, do Corecon/PR, Sergio Guimarães Hardy, além do conselheiro federal do Corecon/PR, Odisnei Antonio Bega, e dos conselheiros do Corecon/PR, Eduardo Moreira Garcia, e do Corecon/SC, Paulo Roberto de Jesus.

## Economistas gaúchos no XIX Enesul, em Curitiba



O presidente do Conselho Regional de Economia do RS (Corecon/RS), professor Leandro Antonio de Lemos (PUCRS), e o conselheiro da entidade, professor Alfredo Meneghetti Neto (PUCRS), participaram, no dia 8 de agosto último, do XIX Encontro dos Economistas da Região Sul (Enesul), que aconteceu em Curitiba. Leandro de Lemos

falou dentro do Painel “2015: o ano do Ajuste? O que é preciso para a economia voltar a crescer?”, do qual também participaram os professores Marcelo Luiz Curado, do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Adriano de Amarante, da Universidade

Estadual de Maringá (UEM), e, como moderador, o professor Lucas Lautert Dezordi, da Universidade Positivo. Alfredo Meneghetti participou do Painel II, “Qual o papel da Região Sul dentro deste processo e diante da queda no crescimento da China?”, composto pelos economistas Jaime Graciano Trintin, do Corecon/PR, Silvio Antonio Ferraz Cario, do Corecon/SC, e, como moderador, o professor Carlos Magno Bittencourt, da PUC/PR. No Encontro, que contou com a participação de universidades das principais instituições de pesquisa e dos setores público e privado dos três estados da região Sul, foram discutidos temas sobre o Economista, como a regulação da profissão, a área de trabalho e a importância de sua atuação no mercado de trabalho. Também compuseram a delegação gaúcha o vice-presidente do Corecon/RS, Carlos Abel, e o conselheiro Everton Lopes.

## Corecon/RS entrega Prêmio Torneio de Economia



O Corecon/RS entregou, no dia 30 de agosto, no Hotel Plaza São Rafael, em Porto Alegre, os prêmios aos vencedores do XI Torneio Corecon/RS de Economia. Dirigido a acadêmicos dos cursos de Ciências Econômicas no Rio Grande do Sul, o objetivo do Torneio foi proporcionar aos estudantes dos cursos de Ciências Econômicas do Rio Grande do Sul a oportunidade da prática versus conhecimento teórico, com desafios através de jogos, como forma de estímulo ao estudo e ao desenvolvimento crítico dos conhecimentos na área.

Em 1º lugar, foram classificados os estudantes Guilherme Pous Furentin e Iuna Lamb Scheffler, da Unisinos, e, em segundo, Elisa Gomes da Silva e Anyuska do Amaral Santiago, da UFRGS.



1º Lugar



2º Lugar

A primeira etapa do Torneio aconteceu de 7 a 25 de agosto, no âmbito das Faculdades, e reuniu 250 alunos inscritos. A etapa final reuniu duas duplas participantes, ao longo da manhã de sábado, dia 30, no Hotel Plaza São Rafael, em Porto Alegre.

O objetivo do jogo era manter a economia estável, através de três níveis de dificuldades. Para cada edição do Torneio, o Corecon/RS buscou aprimorar o nível de excelência do certame, identificando previamente cases de sucesso para servir como base ou com um conjunto de temas econômicos diversos para testar, de forma mais ampla e efetiva, os conhecimentos dos participantes. A Décima Primeira edição do Torneio foi pensada e realizada com o Jogo da Economia e Teste de Conhecimentos, estimulando os estudantes a estudarem antes e após o jogo.

Os estudantes da Unisinos tiveram a supervisão da professora Gisele Spricigo, e os alunos da UFRGS, sob a responsabilidade do professor Leonardo Xavier da Silva.

## Delegação gaúcha participa do XXIV SINCE



Carlos Abel, José Luiz Machado,  
Paulo Dantas da Costa (presidente do Cofecon) e Eduardo Mendonça

Importantes nomes da economia brasileira reuniram-se, de 3 a 6 de setembro, no Hotel Mercure, em Goiânia, por ocasião do XXIV Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (Since). Realizados bienalmente, os encontros têm por objetivo examinar e debater questões relativas à atuação e aperfeiçoamento do Sistema Cofecon/Corecons e a atuação profissional dos economistas, estabelecer linhas de ação conjunta entre o Sistema, analisar e discutir assuntos referentes à formação e aperfeiçoamento profissional dos economistas e debater a estrutura e conjuntura econômica, política e social do País. Esta edição foi organizada pelo Conselho Regional de Economia de Goiás (Corecon/GO) e pelo Conselho Federal de Economia (Cofecon), e teve, como tema central, “Por um Projeto de Nação: Política, Econômica, Pacto Federativo e Desenvolvimento Regional”.

O Corecon/RS esteve presente, representado pelo vice-

presidente Carlos Alberto Abel, pelo conselheiro Eduardo Mendonça de Lima e pelo conselheiro federal José Luiz Machado.

A Delegação gaúcha, que participou do Grupo 2, “que discutiu o temo aperfeiçoamento do Sistema Cofecon/Corecons” acompanhou a aprovação da proposta de Sistematização de Protestos Cartorários de CDA (Certidão de Dívida Ativa), e terá Ato Normativo do Cofecon. Também foi aprovada a criação de programa de transparência das ações do Sistema Cofecon/Corecons, e foi vetado o acesso de cadastro de economistas em poder do Corecons a outras entidades. Os integrantes da delegação do Corecon/RS consideraram sua participação no Since “altamente positiva”, já que contribuíram “com decisões importantes na valorização e fiscalização da profissão do Economista”.

A próxima edição do Since, em 2016, será realizada na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte.

### Economistas gaúchos recebem Prêmio Brasil de Economia



O conselheiro do Corecon/RS e professor da UFRGS, economista Fernando Ferrari Filho, recebeu das mãos do presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, no dia 3 de setembro, em Goiânia, o XX Prêmio Brasil de Economia. Ferrari e o ex-presidente do Corecon/RS e também professor da UFRGS, Pedro Cezar Dutra Fonseca, foram agraciados, com o 2º lugar, na Categoria Artigo Técnico ou Científico, com o trabalho “Qual Desenvolvimentismo? Uma proposição keynesiano-Institucionalista para a Economia Brasileira”. A solenidade de entrega foi realizada no hotel Mercure, por ocasião da abertura do XXIV Since. O objetivo do concurso foi incentivar a investigação econômica em geral e estimular economistas e estudantes a desenvolverem pesquisas voltadas para o conhecimento da realidade brasileira. O Prêmio contemplou cinco categorias: monografia de graduação, dissertação de mestrado, tese de doutorado e artigo técnico/científico.

### Estudantes gaúchos no Torneio Nacional de Economia



Os estudantes Guilherme Pous Furentin e Iuna Lamb Scheffler, da Unisinos, vencedores do XI Torneio Corecon/RS de Economia, também fizeram parte da agenda do XXIV Since. Participaram, juntamente com outras 26 duplas de universidades de outros estados brasileiros, da IV Gincana Nacional de Economia. A competição como vencedora a dupla Rafael Lima Batista e Mariana ]Furtado Boreli, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, da USP, e, em segundo lugar, os alunos Vitor Santos de Araújo e André Luiz de Oliveira, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Embora tivessem tido brilhante participação ao longo do torneio, a dupla gaúcha não obteve premiação. A Gincana Nacional de Economia é um evento no qual estudantes de Economia competem em um jogo eletrônico, medindo conhecimentos por meio de uma simulação na administração de variáveis macroeconômicas.

## Corecon/RS visita regiões de Horizontina e Pelotas

### Horizontina

Dando continuidade ao processo de interiorização desenvolvido pelo Corecon/RS, o presidente Leandro de Lemos, acompanhado de seu vice-presidente, Carlos Abel, e do conselheiro Henri Wolf Bejzman, coordenador da Comissão de Interiorização, visitaram municípios do interior do estado do Rio Grande do Sul para levar aos setores políticos, empresariais, estudantis e entidades de classe das diferentes regiões informações sobre a importância da atividade do Economista e seu mercado de trabalho.

No dia 23 de maio, os representantes do Corecon/RS estiveram em Horizontina. Foram recebidos pela coordenadora do Curso de Ciências Econômicas da FAHOR, professora Jaqueline Nogueira de Sá, e pela acadêmica e integrante do Corecon Acadêmico, Taís Rusniak, que os acompanharam durante suas agendas pela cidade. Visitaram a empresa multinacional John Deere e a Associação de Transportes de Horizontina (Atrhol), onde foram destacadas a importância da formação econômica para o desenvolvimento de projetos e desempenho das atividades de rotina das empresas.



Os representantes do Corecon/RS lembraram, também, a possibilidade de a FAHOR ministrar palestras para os funcionários dessas empresas, tendo como pressuposto a ideia de que funcionários com orçamento equilibrado e planejamento financeiro, desempenham suas atividades com muito mais prazer e entusiasmo. Mais tarde, na FAHOR, foi realizada mesa redonda que contou com a participação, também, do vice-diretor da instituição, Marcelo Blume, do presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Horizontina (ACIAP), Sérgio Deitos, e sua secretária executiva, Geanine Albring, além do prefeito Municipal, Nildo Hickmann, e seu vice-prefeito, Dionir Bianchi. No encontro, foi discutida a importância da formação de um Parque Tecnológico em Horizontina, cuja proposta já se encontra em tramitação na Faculdade, tendo em vista os benefícios da iniciativa, não apenas para o município, como para toda a região.

### Pelotas

No dia 27 de junho, os representantes do Corecon/RS estiveram em visita à cidade de Pelotas. Acompanhados pelo conselheiro Paulo Renato Lessa Pinto, coordenador-Adjunto do Mestrado em Economia Aplicada da Universidade Federal do Rio Grande (PPGE/FURG), e pelo aluno Roque Pinto de Camargo Neto, do Corecon Acadêmico da FURG, visitaram a sede da empresa Joaquim Oliveira S.A. Participações (Josapar), onde foram recebidos pelo seu gerente de Recursos Humanos e Informática, Denilson Carvalhal.



Mais tarde estiveram em jornais e emissoras de rádio da região e reuniram-se, na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDET), com Darci Ferreira, do Setor de Desenvolvimento Empresarial e Microcrédito, e Jeferson Dutra, superintendente de Empreendedorismo.



Também tiveram reunião, na Associação dos Economistas da Zona Sul do Estado do RS (Aencosul), da qual participaram o presidente da entidade, Economista Volney Rosa, o vice-presidente João Carlos Medeiros Madail, o secretário Gilberto Ubirajara da Silva, associados e demais membros da Diretoria, onde discutiram temas sobre a conjuntura econômica e questões pontuais da economia regional.

## Startups estão mudando o perfil socioeconômico do RS



No dia 14 de maio último, no Hotel Plaza São Rafael, o Economista Marcos Silla Maisonnave e o Jornalista Cléber Bevegnú, debateram um tema extremamente atual, que vem mudando o perfil socioeconômico do Rio Grande do Sul nos últimos anos: “Startups: novos negócios para o RS”. O presidente do Corecon/RS abriu o encontro falando da importância das startups para a economia gaúcha e lembrou a primeira reunião da Associação Gaúcha de Startups, ocorrida durante aquela mesma semana em Porto Alegre.



O advogado e jornalista Cléber Bevegnú, criticou a herança paternalista do estado brasileiro, “que impõe dificuldades de geração de novas iniciativas, desestimulando os jovens, que acabam se vendo impotentes diante da burocracia”. Disse que o Brasil é um adversário das startups, pelo fato de a legislação ainda estar muito longe de oferecer uma resposta digna à geração inovadora. “Não precisava ser tão difícil”, ressaltou, concluindo que “é muito desperdício de talento quando se depara com o excesso de burocracia, que faz com que esses jovens desistam no meio do caminho”.



O Economista Marcos Maisonnave, especialista em desenvolvimento e acompanhamento de startups, iniciou sua palestra abordando a importância da parceria entre empresa, Estado e universidade, para o desenvolvimento de novas tecnologias no mercado. Falou sobre cenários e explicou os diferentes perfis e características dos investidores que costumam apostar nas novas iniciativas que vêm chegando ao mercado. Apresentou, ainda, uma análise sobre as diferentes etapas de evolução dessas empresas e as expectativas de suas ações ao longo do tempo.

## Um “ponta-pé” inicial para a Copa do Mundo



O professor da PUCRS e presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH/RS), Economista Abdon Barreto Filho, e o jornalista e comentarista da rádio Gaúcha, Pedro Ernesto Denardin, encontraram-se, em mais uma edição do Economia em Pauta, no dia 10 de junho passado, para debater o assunto daquele momento, a Copa do Mundo, que estava para começar. O tema foi os “Efeitos da Copa do Mundo para a economia do RS – pontos positivos e negativos”.

Grande entusiasta da Copa no Brasil, Barreto Filho inicia sua apresentação falando sobre o legado que o mega evento deixa aos brasileiros. Como professor titular do primeiro curso de Pós Graduação sobre “City Marketing – Marketing das Cidades”, que trata da estratégia e gestão do marketing turístico e da hospitalidade nas cidades, e que vem sendo realizado pela PUCRS. Falou sobre os pontos positivos da Copa, ressaltando o fortalecimento da marca “Brasil”, com a promoção de seus destinos, sua cultura e sua população, além da melhoria na infraestrutura e da abertura de novas possibilidades de negócios. Criticou decisões de governo que prejudicaram a dimensão do evento, como pulverização das cidades sedes, utilização política do evento, falta de clareza nos investimentos, entre outros, e citou o exemplo dos gastos da ordem de R\$ 8,5 milhões com as 12 arenas, “três vezes o valor que a CBF havia indicado em 2007, e equivalente ao total que a Alemanha e África do Sul gastaram juntas em suas Copas do Mundo”. Disse que Porto Alegre foi a primeira cidade brasileira a desenvolver o chamado turismo criativo, voltado a experiências de interatividade e envolvimento com o local, pensando no retorno futuro do turista.



O jornalista Pedro Ernesto Denardin apresentou um panorama comparativo sobre as infraestruturas de países, como a França e a África do Sul, onde já foram realizadas a Copa do Mundo. Disse que Porto Alegre já deveria ter desenvolvido projetos consistentes de autossuficiência econômica para depois da Copa, ou, mesmo, para épocas que não estão sendo utilizados para grandes eventos futebolísticos, e afirmou que os brasileiros não souberam aproveitar esse importante acontecimento e criticou a falta de visão dos gestores, para melhor aproveitarem as oportunidades de negócios gerados a partir desse grande evento.

## Empresas como ferramenta de negociação

Em 10 de julho, o tema foi “Avaliação de empresas como ferramenta de negociação”, com o Economista Eduardo Mendonça, da Vetor Avaliações & Economia, e o Jornalista Danilo Ucha, do Jornal do Comércio.



Mendonça demonstrou, através de ilustrações infográficas, os tráfegos do comércio marítimo e aéreo internacional, demonstrando a concentração do PIB no Planeta. Disse que a rota EUA-Europa-China-Europa-EUA domina, hoje, o cenário do comércio mundial e que, nos últimos 30 anos, o PIB mundial cresceu 154%, o valor do comércio internacional aumentou 355% e o da carga aérea, 1.395%. Ressaltou que os seis maiores centros financeiros mundiais, Londres, Hong Kong, Paris, Tokyo, Singapura e Nova Iorque situam-se praticamente numa mesma faixa transversal ao longo do globo, e que, somente este último, é responsável por 41,4% das operações globais. Falou, ainda, sobre o fluxo de ingresso financeiro, por país e por setores, e afirmou que, no caso do Brasil, os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás recebem as maiores fatias de investimentos estrangeiros. Lembrou, ainda, que os municípios brasileiros ficam, hoje, com cerca de apenas 4% de toda a riqueza gerada pelo País e que, enquanto não forem feitas as reformas tributária, administrativa e política, com redução dos gastos do Estado, fica muito difícil de esperar qualquer reação do cenário econômico nacional frente à crise do mercado mundial.

O jornalista Danilo Ucha fez uma exposição sobre a rotina das editorias de economia dos grandes jornais diários, enfocando as informações que chegam diariamente às redações dos diferentes meios de comunicação.



Disse que 2014 é um ano que já pode ser considerado perdido, em termos de economia, e que, em 2015 dificilmente este cenário apresentará modificações positivas. Afirmou que as expectativas são de incertezas, já que todos os principais indicadores econômicos têm sido negativos. “Isso acaba, por si só, gerando uma retração violenta dos investimentos, já que, mais uma vez, os empresários estão esperando para ver o que pode acontecer antes de tomar qualquer decisão financeira”, acrescentou. Ucha afirmou que, salvo algumas exceções, o empresariado brasileiro “nasceu, cresceu e se criou sob a tutela do Governo”.

## No Dia do Economista, conjuntura econômica pré-eleitoral também entrou na pauta



Foi no dia 13 de agosto, Dia do Economista. E o tema, “Conjuntura econômica pré-eleitoral e perspectivas”, que contou com as participações dos professores economistas Flávio Benevett Fligenspan, da UFRGS, e Igor Alexandre Clemente de Moraes, da Unisinos.

O evento foi aberto pelo presidente do Corecon/RS, Leandro Lemos, e pela conselheira Simone Magalhães, que leram nota de pesar assinada pelo presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, lamentando as mortes do candidato à presidência da República, Economista Eduardo Campos, e sua equipe, ocorridas naquela manhã em acidente aéreo na cidade de Santos. “É uma honra estar presidente do Corecon/RS neste dia tão importante, que é o dia do Economista”, disse. “Poder contribuir de forma voluntária, como tantos outros colegas, para o processo de afirmação, cada vez mais sólido, do avanço histórico por que vem passando a economia brasileira nas últimas décadas”, acrescentou o presidente.



O professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS, Flávio Fligenspan, iniciou sua abordagem apresentando as taxas de crescimento do PIB brasileiro e as taxas de crescimento da Formação bruta de capital fixo para o período 2010 e 2014. Falou que há grande demanda por investimentos na área de infraestrutura e que há dificuldades impostas pela falta de regras claras e de regulação e por parte dos órgãos de controle brasileiros. Citou investimentos já contratados da ordem de R\$ 386 bilhões, apenas em concessões nas áreas de transportes, energia e telecomunicações, previstos para os próximos três anos no País, além do impacto que essas iniciativas representariam em avanço do PIB. “Estão caindo de maduro as grandes oportunidades de investimentos no País, principalmente em função da carência de infraestrutura”. Falou que a produção industrial apresenta perda de competitividade relacionada especialmente ao câmbio e que o processo de desindustrialização por que passa o País se deve à falta de uma política industrial e tecnológica mais intensa e aos pequenos aumentos de produtividade e defendeu a necessidade de aumentar a competitividade do País, tanto em nível das empresas, como dos diversos setores da indústria, e, também, da competitividade

sistêmica, ligada aos investimentos em infraestrutura. “É um caminho que, inevitavelmente, temos que percorrer. Ou, então, temos que abrir mão da indústria, lamentavelmente”.



Igor Moraes qualificou a conjuntura como desaceleração, recessão e crise e disse que não se pode comemorar o comportamento da renda, que vem apresentando crescimento nos últimos anos, porque esse crescimento, da forma como aconteceu no Brasil, implicou em pressão inflacionária. Lembrou que o País vem passando por um período de desaceleração de sua economia há 18 meses, e que, há pelo menos seis meses, já está vivendo sob recessão, e, fazendo previsão de tendências negativas do PIB no trimestre, disse que as dificuldades devem permanecer após as eleições. “A economia brasileira deverá registrar maus resultados até o fim do primeiro trimestre de 2015, independente do que acontecer nas eleições, até porque, neste momento, é o gasto do governo que está salvando o Brasil”, ressaltou. Disse que os baixos índices de desemprego vêm ocorrendo em função dos inúmeros programas de atendimento social distribuídos pelo governo à população, e citou, como exemplo, os gastos do seguro-desemprego, que passaram de R\$ 17 bilhões, em 2005, para R\$ 48 bilhões, em 12 meses, terminados em junho de 2014.

## Economia do Crime também foi tema dos Encontros



“A Economia do Crime” também foi tema dos encontros mensais que o Corecon/RS promove no Hotel Plaza São Rafael. Aconteceu no dia 9 de setembro, e reuniu o Economista Mauro Salvo e o Advogado Criminalista Antônio Celso Nogueira Leiria para debaterem o assunto. “O tema vem se tornando cada vez mais observado pela sociedade, principalmente pelos acontecimentos recentes de corrupção e lavagem de dinheiro, e que pode ser uma nova e importante frente de estudos e avaliações para o mercado de trabalho dos Economistas”, afirmou o vice-presidente do Corecon/RS, Carlos Abel, ao abrir mais esta edição do Economia em Pauta.



O Economista do Banco Central e ex-vice-presidente do Corecon/RS, Mauro Salvo, apresentou uma análise sobre como a teoria econômica pode ajudar no combate ao crime. Ressaltando que o autor analisou a racionalidade do criminoso que, por meio do cálculo intuitivo de probabilidades, faz uma análise dos custos e dos benefícios do crime, ou, ainda, quais benefícios ele terá ao praticar o crime, diante das probabilidades de ele ser pego e ao custo, caso isso venha a acontecer. “Para ele, a certeza da impunidade pode ser traduzida como probabilidade zero, ou próxima de zero, de ser punido”, avaliou, explicando que a teoria econômica se aplica para crimes contra o patrimônio, financeiros, que têm benefícios econômicos. “E a ideia de combater o crime é desequilibrar essa equação, de forma que o crime não tenha compensação”, completou.



Antonio Leiria falou sobre como a estrutura tributária e trabalhista no Brasil é vista pelo empreendedorismo internacional, ressaltando que uma das maiores preocupações gira em torno dos sistemas penal e administrativo. Disse que o Brasil possui uma estrutura tributária complexa, cara e instável, mas que as questões penal e administrativa são visualizadas com muita cautela. Citou a tríade do Direito penal tradicional, vida, liberdade e propriedade, e disse que o Direito Penal Econômico e o Direito Tributário possuem as mesmas regras. Explicou que, quando uma empresa vem para o Brasil, deve levar em conta as questões tributária e trabalhista, mas que a estrutura tributária extremamente complexa acaba exigindo dessa empresa uma despesa com mão de obra cara especializada, “apenas para decifrar o nosso emaranhado tributário e conseguir trilhar por esses caminhos perigosos, principalmente porque um lançamento mal feito pode implicar num crime”. Criticou a burocracia dos órgãos fiscalizadores e a utilização indevida de provas criminais em processos administrativos, afastando investidores internacionais. “O nosso sistema é covarde porque se baseia em jurisprudência e não se baseia em realidades.

## 20 anos de estabilização monetária, mas e o crescimento econômico?

Fernando Ferrari Filho (Professor Titular da UFRGS e Pesquisador do CNPq)  
Octavio Augusto Camargo Conceição (Professor Adjunto da UFRGS)

**E**m 2014, mais especificamente em julho, comemoramos os 20 anos do Plano Real (PR), o mais bem sucedido plano de estabilização monetária. Ao longo deste período, a inflação média, até junho/2014, foi da ordem de 7,9% ao ano. Se o resultado inflacionário merece comemorações, principalmente quando antes do PR a inflação mensal era da ordem de 50,0%, o mesmo não se pode dizer em relação ao crescimento da atividade econômica: entre 1994 e 2013, a taxa média do PIB foi da ordem de 3,2% ao ano e sua *performance* caracterizou-se à *la stop and go*. Diga-se de passagem o desempenho do PIB tem sido ainda mais pífio e volátil desde a crise do *subprime* e a grande recessão (GR), a despeito das políticas macroeconômicas contracíclicas implementadas pelas Autoridades Econômicas (AE) para evitar um efeito-contágio mais impactante das referidas crises sobre a economia brasileira.

Por que o desempenho da atividade econômica brasileira tem sido risível, principalmente quando comparado à de outros países emergentes, e não se sustenta? As políticas econômicas implementadas desde o PR – e mais especificamente desde 1999 quando foi adotado o modelo do Novo Consenso Macroeconômico (NCM) alicerçado no tripé metas de inflação, metas de superávits fiscais e câmbio flexível – são insuficientes para assegurar crescimento econômico dinâmico e consistente? Em nosso ponto de vista, tendo como referência as teorias institucionalista e keynesiana, as políticas econômicas implementadas pelas AE desde a segunda metade dos anos 1990 não se constituem em um sólido pilar para sustentar o crescimento do PIB. Então, o que é necessário para que a economia brasileira possa crescer de forma sustentável em um contexto de inflação controlada, equilíbrios fiscal e externo e inclusão social?

Pela abordagem institucionalista de Thorstein Veblen e John Commons o processo de crescimento econômico consiste da articulação entre os planos macroeconômico e microeconômico de forma a possibilitar, através de convenções ou estratégias, os princípios de decisões dos agentes econômicos que se originam do conjunto de regras, de hábitos e do comportamento humano.

Por sua vez, pela teoria keynesiana, flutuações de demanda efetiva e no nível de emprego, inerentes às economias monetárias, ocorrem porque, em um mundo no qual há incerteza radical e, portanto, o futuro é desconhecido, os agentes econômicos preferem reter moeda e, por conseguinte, suas decisões de gastos, sejam de consumo, sejam de investimento, são postergadas. Nesse contexto, Keynes propõe a adoção de políticas monetária e fiscal contracíclicas e a intervenção do Estado, não necessariamente como gastador, mas, sim, enquanto planejador, regulador e financiador da atividade produtiva, como soluções para as crises de demanda efetiva.

Pois bem, tendo como base as referidas teorias e entendendo que, por um lado, as mudanças “institucionais” observadas com o PR não foram literalmente *embedded* pelos

agentes econômicos e, por outro lado, o modelo do NCM limita as autonomias das políticas monetária e fiscal, logo se pode conjecturar que nos últimos 20 anos não foi criado um “ambiente institucional” para despertar o *animal spirits* dos empreendedores e, portanto, dos investimentos produtivos, condição fundamental para a expansão consistente da atividade econômica.

Diante deste quadro, o que fazer para crescermos sustentavelmente?

Em termos macroeconômicos, é fundamental o aumento da relação formação bruta de capital/PIB dos atuais 19% para, pelo mesmo, 24%, média de outros países emergentes. Para tanto, as AE devem:

(i) Buscar a *responsabilidade* fiscal, entendida não como um fim em si mesmo, mas seguindo o critério de administrar a política fiscal de forma contracíclica: em períodos de crise e recessão, política fiscal expansionista, ao passo que em épocas de prosperidade e de crescimento econômico acima da capacidade produtiva ela deve ser, respectivamente, neutra e contractionista.

(ii) Orientar a política monetária pelas metas de crescimento e emprego e não somente pelos *targets* de inflação.

(iii) Administrar a taxa de câmbio de maneira a lograr a manutenção de uma taxa de câmbio real efetiva competitiva, objetivando, assim, que quaisquer ações especulativas no mercado de divisas estrangeiras possam ser coibidas. Ademais, para que o regime de câmbio administrado seja eficiente é necessária a adoção de controle de capitais, seja para mitigar os efeitos perversos do influxo de capitais de curto prazo, seja para que o Banco Central tenha autonomia de política monetária.

Paralelamente, são fundamentais regras e reformas institucionais, tais como:

(i) Reforma tributária que tenha como objetivos uma maior incidência da tributação sobre a renda e a riqueza, visando, assim, um caráter de maior progressividade, e a redução do custo Brasil.

(ii) Marcos regulatórios *transparentes, eficientes e ágeis* para dinamizar as parcerias público-privadas e melhorar a infraestrutura.

(iii) Política industrial que tenha como objetivos dinamizar o investimento em P&D e os incentivos fiscais e creditícios para as grandes cadeias industriais, entre outros.

(iv) Políticas de renda para regular os salários e os preços, em conformidade com os ganhos de produtividade da economia e a dinâmica concorrencial dos mercados.

Em suma, entendemos que as medidas elencadas preenchem a lacuna deixada pela estabilização monetária do PR, qual seja, o crescimento e desenvolvimento econômicos sustentáveis.



# Os problemas gaúchos

*Alfredo Meneghetti Neto*

Professor da PUCRS e Conselheiro do Corecon/RS

**O** recém criado Índice de Desenvolvimento Estadual/RS (iRS) comparou os estados brasileiros em quatro dimensões: padrão de vida, educação, longevidade e segurança. A conclusão foi que o Rio Grande do Sul ocupava o quarto lugar entre os estados brasileiros em 2012.

Mas não foi essa posição gaúcha que mais chamou atenção, mas o fato de o Estado estar crescendo a um ritmo menor do que o de outros, pois ele está acomodado, uma vez que essa posição manteve-se entre 2005 e 2012. Pernambuco, por exemplo, deixou a última posição do índice que ocupava em 2005 e conquistou nove posições em sete anos. Nesse período, Roraima saiu da 17ª para a 10ª colocação, e Minas Gerais conseguiu passar da sexta para a quinta posição. São Paulo por sua vez deixou a vice-liderança para alcançar o topo.

Avaliando-se outros dados, a economia gaúcha ficou com o último lugar (com somente 150%), considerando-se a evolução do crescimento nominal do PIB de todos os estados, entre 2002 e 2011, tendo sido superada por Paraná (com 171%) e por Santa Catarina (com 203%).

Existem três grandes justificativas para esse fato. Em primeiro lugar, a especificidade da estrutura econômica gaúcha face a determinada política econômica. Edimensão. No que diz respeito à receita, nota-se que ela está fraca por causa de muitas renúncias, o que a torna incapaz de acompanhar o crescimento da economia.

Na realidade, a arrecadação do ICMS e o PIB são duas variáveis que têm a virtude de espelhar o quanto a economia conseguiu produzir em bens e serviços e o quanto o Tesouro arrecadou. Elas tendem a variar de uma forma semelhante, mas isso não aconteceu, pois, de 1970 a 2013, o PIB gaúcho cresceu 347%, enquanto o ICMS aumentou 295%. Isso significa que o Estado vem tendo cada vez menos capacidade de se impor para transformar a expansão da base econômica em termos de arrecadação.

Uma das explicações para tal são as renúncias fiscais do ICMS gaúcho que têm se situado ao redor de 34,6% do ICMS potencial, o que demonstra claramente

um nível muito acima do que as contas públicas gaúchas podem conceder aos empresários.

A receita fraca repercute nos resultados orçamentários da Administração Consolidada (de todo o setor público gaúcho, com exceção das estatais), cuja performance na maioria dos últimos anos é deficitária e, o que é pior, vem se deteriorando. Especificamente nos últimos quatro anos ocorreram resultados deficitários cada vez maiores de R\$ 282 milhões (2010), R\$ 560 milhões (2011), R\$ 811 milhões (2012) e R\$ 1,4 bilhão (2013). Os dados acumulados até junho de 2014 já chegam a um déficit de R\$ 2,6 bilhões e mostram as dificuldades crescentes da execução orçamentária gaúcha, pois as despesas cresceram mais rápido do que as receitas. e mostram as dificuldades crescentes da execução orçamentária gaúcha, pois as despesas cresceram mais rápido do que as receitas.

Esse cenário de desajuste nas finanças gaúchas desanimam os empresários que tendem a investir menos porque não confiam no crescimento gaúcho nos próximos meses. Os dados do emprego do IBGE da indústria gaúcha em 2014 já repercutem essa situação, pois de janeiro a maio houve uma retração de 4% no emprego industrial, a maior taxa entre as 14 regiões pesquisadas. E pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho, o saldo mensal de criação de vagas, que se mantinha positivo até abril, apresentou resultado negativo nos últimos dois meses. Em maio e junho houve 6,6 mil demissões acima do número de contratações, sendo que a maior retração no emprego ocorreu nos segmentos calçadista e metal mecânico.

Concluindo, não há dúvidas que existe uma fragilidade muito grande da economia gaúcha, seja porque ela é muito subordinada à distribuição do regime de chuvas no Estado, seja pelo fato de que o desajuste das finanças públicas está a exigir profundas reformas para que a sociedade gaúcha possa receber o retorno justo dos impostos que está pagando.

# Reflexões sobre o Banco dos BRICS

*André Moreira Cunha*

Economista, prof. da UFRGS

O Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o Arranjo Contingente de Reservas (ACR) foram criados, recentemente, na VI Reunião de Cúpula dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) que ocorreu no mês de julho, em Fortaleza (CE). Em alguma medida tais instituições espelham, respectivamente, o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). O NBD será um banco de desenvolvimento, com o mandato orientado a prover financiamento para projetos de investimento, particularmente de infraestrutura, tanto nos BRICS, quanto em outros países emergentes e em desenvolvimento. Por sua vez, o ACR funcionará como um fundo para financiamento compensatório do balanço de pagamentos em casos de crises financeiras. Isso se dará pelo compartilhamento de parte das reservas internacionais já existentes em cada país. Mais precisamente, as contribuições originais foram limitadas em US\$ 41 bilhões no caso da China, US\$ 18 bilhões nos casos de Brasil, Rússia e Índia, e de US\$ 5 bilhões da África do Sul.

O NBD nasce com um capital autorizado de US\$ 100 bilhões, dos quais US\$ 50 bilhões serão integralizados em proporções iguais entre os sócios fundadores. Com este montante inicial, esta Instituição será menor dos que os bancos nacionais de desenvolvimento de cada país, tais como o BNDES, bem como menor do que o BM ou os bancos regionais de desenvolvimento, tais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Asiático de Desenvolvimento e o Banco Africano de Desenvolvimento. Assim, pelo menos no curto prazo, o NBD terá um papel limitado no financiamento de projetos de investimento, tendo um caráter complementar ao das instituições já existentes. Por óbvio, ele poderá crescer e assumir funções mais estratégicas. O importante, neste momento, foi a sua criação, porque oriunda exclusivamente da iniciativa das grandes economias emergentes, bem como sua governança, pensada para refletir a nova realidade geopolítica global.

É importante ter-se clareza de que o NBD e o ACR não têm o potencial de substituir o FMI e o BM – instituições que foram criadas com o acordo de Bretton Woods, celebrado em 1944, quando a 2ª Guerra Mundial sequer havia acabado – ou outras instituições nacionais e regionais de fomento, pelo menos em um horizonte temporal que possa ser vislumbrado no momento. Por outro lado, eles refletem a conformação de uma nova ordem internacional, que tem uma face multipolar cada vez mais clara. É um passo concreto nessa direção. Em outras palavras, a ideia é que o NBD e o ACR possam mitigar a assimetria de poder muito grande, por parte dos Estados Unidos, que condicionou o formato original do FMI e do BM e que, de certa forma, perdura até hoje.

Como todos nós sabemos, houve alterações profundas na economia e na política globais nas últimas décadas, onde a ascensão dos países emergentes e em desenvolvimento é um destaque. Alguns destes países, como a China, não dependem mais dos "gêmeos siameses" de Bretton Woods. É, mais importante, não desejam estar submetidos aos seus programas de financiamento repletos de condicionalidades que interferem diretamente na governança doméstica de cada país. Há uma sensação disseminada de que a governança e, mais importante, a forma de atuar do FMI e do BM, foram perdendo aderência à realidade mais complexa do mundo contemporâneo. Por isso, a criação do NBD tem um caráter estratégico, pois abre um novo horizonte de possibilidades. Concretamente, seu poder de fogo inicial é pequeno e nós teremos de aguardar sua evolução para avaliar os impactos sobre as economias dos BRICS e dos seus principais parceiros. Da mesma forma, creio que é importante acompanhar com atenção suas mutações institucionais ao longo dos anos.

Por fim, não é demais salientar que há, também dentro dos BRICS, uma assimetria importante, onde a China desponta, de fato, como um poder emergente. Se nas regras de criação do NBD todos os sócios têm o mesmo peso, no mundo real a China é o único poder capaz de afetar a dinâmica comercial e financeira global. Se o NBD se tornar uma corrente de transmissão exclusiva dos interesses chineses, tenderá a reproduzir os problemas hoje enfrentados pelo o FMI e o BM. Por outro lado, sem o dinheiro chinês o NBD dificilmente crescerá.